RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Domingo, 08 de Novembro de 2026

Donald Trump vira peça-chave no tabuleiro da corrida eleitoral brasileira

ELEIÇÕES 2026

Correio Braziliense

A quatro meses da eleição presidencial, pelo menos quatro grandes temas despontam como centrais para a disputa entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os candidatos de oposição: a relação entre Brasil e Estados Unidos após o novo tarifaço anunciado por Washington; a segurança pública e o avanço das facções criminosas, tema em que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, também tentou interferir recentemente; a economia em meio às discussões sobre a crise fiscal; e a condição das mulheres.

Para especialistas, a intersecção desses assuntos pode ser decisiva para a formação do voto nos próximos meses. O impacto das medidas tarifárias adotadas pelos Estados Unidos abriu uma frente inédita de debate eleitoral. O episódio anunciado na semana passada colocou a política externa no centro da campanha e passou a ser explorado por ambos os campos políticos.

O cientista político Murilo Medeiros, da Universidade de Brasília (UnB), destaca que fatores externos podem influenciar diretamente o processo eleitoral brasileiro. "Pela primeira vez em muitos anos, a disputa presidencial corre o risco de ser influenciada de maneira significativa por uma decisão tomada fora do país. Donald Trump surge como uma das variáveis mais imprevisíveis do processo eleitoral brasileiro."

Crime organizado

A expansão das organizações criminosas e a crescente percepção de insegurança também devem protagonizar o embate eleitoral. o cientista político Márcio Coimbra, CEO da Casa Política, avalia que a classificação de facções brasileiras como organizações terroristas internacionais pelos Estados Unidos fortaleceu o discurso oposicionista em defesa de medidas mais duras de combate ao crime.

Já Medeiros observa que o tema historicamente beneficia candidaturas conservadoras. "A expansão das facções criminosas e o aumento da percepção de insegurança criam um ambiente propício para discursos mais duros e punitivistas. É um tema que historicamente favorece a direita e coloca governos de esquerda na defensiva". Para o economista e professor da UnB César Bergo, a segurança tende a permanecer como uma pauta transversal, envolvendo desde o combate ao crime organizado até o debate sobre fronteiras, milícias e ambiente digital.

Em meio às interferências do presidente Donald Trump, os presidenciáveis Flávio Bolsonaro (PL-RJ), Romeu Zema (Novo-MG) e Ronaldo Caiado (PSD-GO) se encontraram na última terça-feira, durante a abertura da 21ª edição da Megaleite, em Belo Horizonte (MG), e defenderam a união da direita contra o PT para impedir a reeleição de Lula em outubro.

Dias antes, Flávio havia agradecido a decisão de Washington. No documento enviado ao secretário de Estado Marco Rubio, ele afirmou que a medida dos EUA foi recebida com entusiasmo pela maioria da população brasileira, embora, segundo ele, não tenha agradado ao atual governo federal.

"A esmagadora maioria do povo brasileiro celebrou essa medida, ainda que ela não tenha agradado ao nosso governo atual. Trata-se de um passo decisivo para proteger cidadãos honestos em todo o nosso hemisfério", escreveu, sem mostrar dados que embasassem as afirmações.

Já o líder petista declarou estar "muito triste" com a decisão dos EUA. Ele destacou que o PCC e o CV são de fato "terroristas para as comunidades brasileiras", mas "não são os terroristas que o Trump quer". "Ele quer o Osama Bin Laden de não sei das quantas, e nós queremos os terroristas brasileiros que estão lá", emendou durante o anúncio de investimentos da Petrobras em Sergipe na última semana.

Com nova equipe na Esplanada, Lula fez na quarta-feira a primeira reunião ministerial após a decisão dos EUA. No encontro, o petista cobrou maior alinhamento entre os auxiliares e pediu que divulguem ações de outras pastas e não só das próprias, visando o quarto mandato. Na ocasião, também rebateu as declarações feitas por Flávio sobre segurança pública, relações com os Estados Unidos e a atuação do governo federal no combate ao crime organizado.

Caiado, ex-governador de Goiás, afirmou, por sua vez, que, se eleito, enviará ao Congresso Nacional uma proposta para identificar facções criminosas brasileiras como organizações terroristas. Segundo o político, a mudança na tipificação jurídica tem como objetivo permitir o emprego das Forças Armadas no combate direto a grupos como o Comando Vermelho e o PCC.

Economia

No campo econômico, a disputa opõe duas leituras distintas sobre o papel do Estado na recuperação da atividade econômica. Enquanto o governo aposta em medidas de estímulo ao crédito e ao consumo, a oposição insiste na necessidade de maior rigor fiscal e controle dos gastos públicos.

César Bergo aponta que governo e oposição enfrentam dificuldades para convencer o eleitorado sobre a capacidade de resolver os problemas fiscais do país. "Nenhum dos dois mostra eficiência nesse cenário. Ambos tentam alinhar o discurso com uma gestão mais responsável, mas o eleitor vai avaliar quem apresentar uma proposta mais convincente."

Segundo o ex-governador de Minas Romeu Zema, caso seja eleito presidente, seu governo terá foco na economia, na segurança pública e na descentralização do poder de decisão de Brasília, promessa feita por todos os candidatos até o momento e que representa uma constante reclamação dos prefeitos.

Bergo observa, ainda, que a ausência de uma terceira via competitiva reforça a dinâmica polarizada. "De um lado, você tem um discurso mais social, com presença mais vigorosa do Estado na economia, políticas assistenciais e multilateralismo. Do outro, a busca pelo liberalismo, redução do Estado, empreendedorismo e uma diplomacia mais voltada para os Estados Unidos", resume.

Segundo Coimbra, o Planalto busca impulsionar a economia por meio de subsídios e incentivos financeiros, enquanto adversários defendem uma agenda mais austera diante das pressões fiscais. Medeiros pondera que o resultado eleitoral dependerá, sim, dos indicadores oficiais, mas não tanto quanto da percepção cotidiana dos brasileiros. "O eleitor vai ser impactado menos pelos indicadores macroeconômicos e mais pelos preços dos supermercados, da conta de luz e do orçamento doméstico."

Mulheres

Nesse contexto, a campanha tende a se concentrar em temas capazes de influenciar diretamente o cotidiano dos eleitores, especialmente custo de vida, segurança e emprego. Murilo Medeiros enfatiza que "no centro

dessa disputa está o custo de vida das famílias, que será o indicador fiel da balança capaz de impactar o humor do eleitorado e, principalmente, os rumos do voto feminino."

Área decisiva, o eleitorado feminino aparece como um dos segmentos mais estratégicos da campanha. Na avaliação do analista Márcio Coimbra, o governo tenta associar pautas trabalhistas e sociais à melhoria das condições de vida das mulheres, especialmente entre trabalhadoras de baixa renda. "O Planalto encontrou um forte vetor de contra-ataque ao pautar a condição das mulheres por meio do apelo popular pela aprovação do fim da escala 6x1, conectando o tema à jornada dupla feminina e à defesa dos direitos sociais", afirma.

Murilo Medeiros lembra que a rejeição feminina teve papel decisivo nas eleições anteriores e pode novamente influenciar o resultado. "A rejeição feminina costuma ser um indicador central nas eleições presidenciais. Se Lula conseguir recuperar parte das eleitoras de baixa renda e das periferias, amplia suas chances de vitória. Se a oposição reduzir a vantagem petista entre as mulheres, o cenário eleitoral se torna muito mais competitivo."

Visões distintas sobre o papel do Estado

A polarização política volta a dominar o cenário nacional. De um lado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva busca a reeleição defendendo um modelo de desenvolvimento baseado na ampliação dos investimentos públicos, fortalecimento dos programas sociais e atuação internacional voltada ao multilateralismo. Do outro, os principais nomes da oposição apostam em uma agenda de austeridade fiscal — uma política econômica de contenção de gastos e equilíbrio das contas públicas —, redução do tamanho do Estado, privatizações e aproximação mais estreita com os Estados Unidos.

Para analistas, a campanha caminha para um embate que ultrapassa a disputa tradicional de propostas e se transforma em uma escolha entre visões distintas sobre o papel do Estado, a condução da economia e as prioridades do país. "As divergências estruturais entre o presidente Lula e os candidatos de oposição delineiam um debate que vai muito além da tradicional disputa de propostas, consolidando-se em visões de Estado colidentes", afirma o cientista político Márcio Coimbra, CEO da Casa Política.

Segundo Coimbra, o campo governista sustenta a centralidade do investimento público e das políticas sociais como instrumentos de desenvolvimento, enquanto a oposição, representada por lideranças conservadoras e de centro-direita, aposta em um discurso de choque de gestão, responsabilidade fiscal e liberalização econômica.

O cientista político Murilo Medeiros, da Universidade de Brasília (UnB), avalia que o pleito de outubro tende a ser apertado. "A disputa promete ser acirrada e definida por margens estreitas", diz. Na avaliação dele, cada lado possui temas nos quais encontra maior capacidade de mobilização eleitoral. "Lula encontra terreno favorável quando monopoliza o debate em torno da soberania nacional e do confronto com Trump. A oposição, por sua vez, ganha força popular quando a pauta é segurança pública e criminalidade."

Jogo de empurra

Segundo Márcio Coimbra, a oposição utiliza as sanções norte-americanas para apresentar o governo como internacionalmente isolado, enquanto o Planalto tenta transformar o episódio em uma discussão sobre soberania nacional. "O embate sobre o tarifaço e a relação Brasil-EUA atuam como o estopim de uma crise de percepção internacional. Enquanto a oposição usa as sanções para carimbar o governo como ideologicamente isolado e ineficaz, o Planalto tenta reverter o golpe adotando um tom de soberania ferida contra o protecionismo americano", explica.

O petista pediu novamente, na última semana, que o Senado Federal aprove a proposta de emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública (PEC 18/2025). O texto foi aprovado em dois turnos pela Câmara dos Deputados em março de 2026 e, atualmente, tramita na Casa revisora. Assim que a emenda for aprovada e promulgada, o presidente pretende criar um Ministério da Segurança Pública específico para coordenar as ações.